

FERNÁNDEZ CORRAL, Marta – *La Epigrafía Funeraria de Época Romana del Área Autrigona – Commemoración, relaciones familiares y sociedad*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2020, Anejos de Archivo Español de Arqueología, LXXXIX, 184 páginas ilustradas, ISBN: 978-84-00-10652-2

http://doi.org/10.14195/1647-8657_60_11

Estamos perante o resultado da investigação levada a efeito, sob direção da doutora María Cruz González, no quadro de um projeto inserido no programa do Governo Basco destinado ao aperfeiçoamento dos investigadores doutorados, dirigido pela doutora Estíbalis Ortiz de Urbina, ligado também ao grupo de investigação orientado pelo professor Joaquín Gorrochategui.

Autrigonia é uma região do Norte da Hispânia, a leste da Cantábria, estendendo-se para sul da povoação marítima de Castro Urdiales, a romana *Flaviobriga*, na margem do Mar Cantábrico, e penetrando pelo interior até aos territórios atribuídos aos *Turmodigi* e aos *Pelendones*.

Como todos os ramos científicos, também a Epigrafia passou, ao longo dos séculos, por fases diversas, ainda que nunca diminuindo o interesse dos investigadores por essas aparentemente enigmáticas ‘pedras com letras’. Iniciou-se como ciência de pleno direito na 2ª metade do século XIX, alcançada, então, a domínio singular de pesquisa sobre a época romana mediante o empreendimento do *Corpus Inscriptionum Latinarum* lançado *urbi et orbi* pela Academia das Ciências de Berlim. A preocupação: registar, ler, guardar.

Assistiu o 3º quartel do século XX à multiplicação de *corpora* geograficamente localizados, não só porque, desta sorte, se justificavam ou fortificavam desejos autonómicos, mas também porque era tarefa a exigir o melhor conhecimento do território. Em Espanha, por exemplo, cada Diputación Provincial patrocinou o seu *corpus* epigráfico romano, o mesmo tendo acontecido com as entidades regionais portuguesas; temos, por isso, o território peninsular totalmente estudado, não sendo deprecável o apoio manifestado por inúmeras revistas de História Antiga e de Arqueologia que albergaram nas suas páginas esses estudos. O seu desenvolvimento foi tal que se lançou mão à publicação, em 1982, do *Ficheiro Epigráfico*, complemento da revista *Conimbriga*, expressamente destinado a dar a conhecer os novos achados; contando com 210 números editados, nas suas páginas se publicaram mais de 750 epígrafes inéditas até final de 2020.

Todo esse vertiginoso incremento determinou a criação de bases de dados, que, a par das revistas consagradas *L'Année Épigraphique* e *Hispania Epigraphica*, muito vieram facilitar a pesquisa: a *HEp* passou a ter a sua base de dados *on line* – <http://eda-bea.es/> – e Manfred Clauss, por exemplo, criou a EDCS, *Epigraphik-Datenbank Clauss Slaby*, acessível em <http://www.manfredclauss.de/gb/>. Esses progressos despertaram o otimismo da Autora, ao encarar, no final da sua pesquisa, “a possibilidade de virmos a contar, no futuro, com mais informação fiável e pormenorizada e com mais epígrafes de todo o Império, o que permitiria realizar estudos de grande alcance, onde se poderia comparar e combinar a informação sobre a sociedade na época romana” (p. 82).

É certo que novas epígrafes se vão encontrando; contudo, o que hoje se torna já viável e importa que se trilhe é o caminho das análises globais, do uso mais aprofundado da epígrafe e, sobretudo, de um conjunto mais ou menos homogêneo de inscrições como fonte histórica.

O livro de Marta Fernández Corral vem precisamente nesse sentido: selecionou as inscrições funerárias identificadas na Autrigónia e – como assinala no subtítulo – elas vão servir-lhe de base para lançar luz sobre o conceito de “comemoração”; sobre as relações familiares detetadas nessa zona da Península Ibérica (são os parentes os habituais promotores das homenagens) e, também, acerca da sociedade que lhes está subjacente.

Depois de, na introdução, estabelecer os limites cronológicos e geográficos do estudo e dar conta da metodologia utilizada, aponta as características gerais dos aspetos tipológicos e decorativos das epígrafes em estudo; discute os critérios de datação e entra no primeiro capítulo importante, o da onomástica, na medida em que é com base nessa análise que se tecerão considerações de índole linguística, nomeadamente a interação entre os antropónimos etimologicamente latinos, os de raiz indígena e os de conotação grega. É, porém, no capítulo seguinte, o 5º, que a nova perspetiva de enquadramento se ensaia, no relacionamento das práticas funerárias no âmbito do que designa “comemoração”.

Não há dúvida que – indo ao encontro do trajeto feito nessa disciplina – a Autora acaba por apresentar em cada um dos capítulos a síntese dos conhecimentos adquiridos até ao presente, as conclusões a que se chegou e são aceites pelos epigrafistas.

Haverá, porventura, inevitáveis repetições que vêm a talhe de foice quando enveredamos por um raciocínio; mas não advirá daí problema, pois é sempre melhor repetir que omitir. E, nesse aspeto, diga-se, Marta Fernández Corral está cabalmente ao corrente do que de mais atualizado existe em termos de ciência epigráfica, quer no vasto conhecimento da bibliografia, quer no adequado manejo dos conceitos. Quiçá se tenha deixado enredar, aqui e além, nas referidas repetições e isso deve-se a uma opção gráfica, provavelmente derivada da opção económica: é que o livro não é denso, é densíssimo! Caracteres em módulo pequeno, paginação a duas colunas, parágrafos extensos. Talvez

por isso se preferiu um sumário minucioso, em que o ponto 7.3 (o catálogo das inscrições) tem uma entrada para cada uma das 110 inscrições! Apesar da aparência, o volume é, pois... monumental!

Ao pegarem de novo num *corpus* que já está feito, necessitam os autores de justificar essa retoma. O objetivo de Marta Fernández Corral está, pois, definido no subtítulo: “Commemoración, relaciones familiares y sociedad”. Que as epígrafes funerárias constituam elemento eficaz e válido para se determinar o meio social que as viu nascer é bem claro. Já Ian Morris o sublinhara no livro, citado, *Death-ritual and Social Structure in Classical Antiquity* (Cambridge University Press, 1992) e, alargando esse conceito ao período entre 1850 e 1920, Kenneth L. Ames escreveu “Ideologies in stone: meanings in Victorian gravestones” (*Journal of Popular Culture*, 14:4, 1981, pp. 641-656). Não admira, por isso, que logo em 1961, Marcel Durry tivesse proposto uma reabilitação das “funerariae” (*Revue Archéologique* 1, 1961, pp. 11-21), atendendo às revelações surpreendentes que os epitáfios romanos nos fazem acerca dos costumes, de tal modo que não hesitou em proclamar: “Je m’intéresse davantage aux mœurs” (p. 21). E já não referimos quanto de eloquente mensagem nos transmitem os epitáfios em verso.

Transparece deste *corpus* uma população que rapidamente adotou essa “cultura epigráfica” – como a autora amiúde assinala – mas que aparenta não ter ido muito além, inclusive no que concerne à decoração dos monumentos (a exuberância do monumento de *L. Valerius Paternus* – nº 60 – constituirá, sem dúvida, mui requintada exceção).

Importava justificar, como se disse, a revisitação a estas epígrafes, para ficarmos com ideia do seu conjunto e dele se tirarem ilações. Daí a referida inclusão de palavra *comemoração* no subtítulo do volume. Compreende-se o que a autora quer dizer: o epitáfio constitui a forma ideal de o agregado familiar ou elementos significativos desse agregado serem recordados *para sempre*, para utilizarmos a expressão saída da boca do profeta: “Oh! Quem me dera que as minhas palavras fossem escritas num livro, ou gravadas em bronze com estilete de ferro, ou esculpidas em pedra para sempre!” (Job, 19, 23).

Pergunto-me, todavia, se ‘recordar’ equivale a ‘comemorar’. Não será este um termo demasiado solene, a implicar ‘festa’, que, neste caso da Autrigónia, a singeleza das epígrafes parece não configurar? De resto, é nesse sentido que a Autora prefere acentuar a função, em seu entender, própria do epitáfio: além de ser o “guardião da memória do falecido” (p. 52), apresenta-se também como “um meio de promoção social, prestígio ou autorrepresentação”. O seu êxito, acrescenta, “é entendido como a expansão de uma nova linguagem de poder que situa as pessoas aí representadas numa posição privilegiada perante a sua comunidade” (p. 80). Nesse âmbito da ‘comemoração’ se inclui, pois, o banquete funerário.

A Autora rejeita, naturalmente, a ideia de que os epitáfios com menção da idade possam servir de base a estudos demográficos, rejeição há muito preconizada. Sugere, porém, que a intenção de “representar as pessoas com idade

superior à real – provavelmente inclusive fictícia – estaria relacionada com o prestígio de que gozavam os membros de idade mais avançada da sociedade” (p. 81). Esta interpretação ainda não fora apresentada, que eu saiba, e não deixa de ser sugestiva; carecerá, creio, de algum apoio documental, nomeadamente em passagens dos textos de autores romanos donde tal se possa depreender.

Afirma também Marta Fernández Corral que “a informação que temos para esta época nos mostra uma sociedade patriarcal, onde o papel da mulher seria secundário especialmente na vida pública” (p. 81). Contrapõe-se, todavia, essa afirmação ao facto, amiudadas vezes documentado, de que é saliente o papel da mulher na epigrafia, sendo as inscrições funerárias e votivas aquelas em que a sua ação pública pode manifestar-se.

Cada uma das fichas do *corpus* obedece ao esquema habitual: foto (em geral, boa), texto em capitais, texto desdobrado, tradução, suporte, material, descrições, decoração, lugar de conservação, paradeiro, campo epigráfico, dimensões, tipo de letra e bibliografia (nenhum dos documentos está inédito, a crer nas tábuas de concordância das pp. 189-191).

Para quem se dedique ao estudo da onomástica a partir das epígrafes, não resulta fácil a omissão de um comentário antroponímico, ainda que breve, em cada ficha. Pode sempre partir-se da ideia de que essa reflexão foi feita nas páginas anteriores, de síntese; mas a ausência de um índice onomástico torna essa pesquisa morosa.

Exemplifico.

Chamou-me a atenção o nº 3, não apenas por ser inscrição picotada e num “bloque fluvial” – duas características que, de per si, já são notáveis – mas pelo texto: ALIONO / AREIECO / CAMALI F(*ilio*). A autora considera tratar-se de “Aliono Areieco, hijo de Camalo”. Consultando HEpOL, encontramos, sob o nº 16679, *Horatius Alionus*, filho de Ligiuro. Ou seja, se no 1º caso, *Alionus* poderia ser um gentílico (há, todavia, o gentílico *Alionius* documentado em CIL II 799); no 2º exerce claramente as funções de *cognomen*. Ocorre, pois, interrogarmo-nos sobre a função do vocábulo *Areieco*. Ao comentar esta epígrafe, em HEp 10, 2000, nº 80, Eugenio Luján, não repudiando a hipótese de o defunto ter sido identificado com dois nomes, pergunta se não deverá entender-se *Areieco(n)*, ao jeito dos genitivos do plural das designações etnónicas, designando, por isso, uma gentilidade ou, para usarmos a terminologia de Lourdes Albertos, uma unidade suprafamiliar: “dos Areiecos”. Quiçá este documento poderia, portanto, ser chamado à colação no âmbito do estudo da sociedade; porventura, foi.

Também me despertou interesse o epitáfio de *Antonia Flavina* (nº 31, pp. 103-104), gravado com goiva na dureza do quartzito de um bloco fluvial, alisado por força da erosão das águas. É igualmente o aproveitamento, sem necessidade de prévia preparação, de um elemento pétreo disponível na zona, que, pela posição da epígrafe, tal como a do nº 3, indicia a sua pristina utilização vertical, sobre a sepultura ou à sua cabeceira. Aqui, apesar da rudeza do conjunto, o que impressiona é a aculturação, a absorção da “cultura epigráfica”

de que atrás se falava, patente, em 1º lugar, na onomástica, que é latina e usada à maneira romana, e, em 2º lugar, na inserção da pontuação correta e no cuidado posto em utilizar os nexos, bem clássicos – o triplo em ANT, os habituais duplos em NI, AE e AN – para que a paginação obedecesse à lógica textual, o que denuncia um *ordinator* bom conhecedor das regras. Sintoma de que se está no limiar dessa aculturação é a filiação indicada por meio do gentílico: ANT(*onii*) F(*iliae*).

Pormenores, enfim, que não constituíam objetivo do trabalho em apreço, mas que só depois de termos esta visão de conjunto nos é possível salientar. Em jeito de sugestões para uma segunda fase da abordagem a este excelente *corpus* das inscrições da *Autrigonia*.

José d'Encarnação

*Universidade de Coimbra, Centro de Estudos de Arqueologia,
Artes e Ciências do Património*

jde@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-9090-557X>